

GESTÃO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO RURAL: DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL, SOCIOAMBIENTAL E SOCIOESPACIAL

Maria Cristina Borges Da Silva

Resumo

O artigo apresenta dados e reflexões sobre a gestão municipal da educação em escolas rurais de quatorze municípios da Região Metropolitana de Curitiba. Destes, sete municípios, pertencem ao Vale da Ribeira, onde alguns municípios apresentam os mais baixos IDH da região, com populações essencialmente rurais, que apresentam estagnação econômica, altos índices de analfabetismo e grande número de escolas rurais fechadas. As análises e reflexões, são pautadas em documentos produzidos por vários órgãos, trabalho de campo, reuniões com professores e dirigentes municipais de educação. Os resultados apontam que há muito a se fazer, quando consideramos o papel central dos Dirigentes da Educação Municipal, das políticas públicas municipais, do entendimento local da diversidade cultural, ambiental e espacial, principalmente quando consideramos municípios que possuem territórios com contingente humano de camponeses, povos quilombolas, comunidades negras tradicionais, indígenas, que vivem de modo geral invisibilizados, e não são considerados na Educação.

Palavras-chave: Educação Municipal, Diversidades, Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

Refletir sobre o planejamento municipal e a gestão das escolas públicas nos municípios, é cada vez mais necessário, já que, nem sempre os investimentos financeiros municipais na educação, se refletem em resultados alcançados. Especialmente, quando se considera; índices da educação básica municipais conquistados, formação continuada de professores, acesso a pesquisas e a materiais, que incidam diretamente em questões fundamentais para o exercício da docência; infraestrutura das escolas, tecnologias, transporte, segurança, alimentação escolar, implantação de diretrizes, planos e programas que busquem permanentemente, assegurar uma educação de qualidade, entendida e baseada em Direitos Humanos, e em vários aspectos do contexto nacional da Educação, da diversidade e da inclusão social, no seu sentido mais amplo, envolve, como aponta Moreira,(2006, p.1), condições para que todos os habitantes vivam com qualidade de vida e como cidadãos plenos, dotados

de conhecimentos, meios e mecanismos de participação política capacitando-os a agir de forma fundamentada e consciente, com condições de entender o seu entorno, e ampliar suas oportunidades.

Se estas questões podem ser consideradas importantes para àqueles que vivem em áreas urbanas dos municípios, muitas vezes, são mais urgentes, para os povos das áreas rurais dos municípios, historicamente esquecidos. A reflexão que ensejamos aqui, diz respeito ao período de 2013 a 2016. Período em que os Dirigentes da Educação Municipal, iniciam ou continuam seus trabalhos, dado ao pleito eleitoral de outubro de 2012 e a composição de novos governos municipais. Assim, verifica-se que mais de 70% das Prefeituras Municipais, trocaram prefeitos na Região Metropolitana de Curitiba. Isso indica renovação político-administrativa em relação aos Dirigentes Municipais de Educação (DME). Este período, coincide também, com o início de nossas pesquisas¹, Educação Socioespacial e Socioambiental nas Escolas Localizadas no campo da Região Metropolitana Norte de Curitiba, cujo objetivo é analisar a educação municipal a partir das áreas rurais em 14 municípios, da Região Metropolitana de Curitiba², localizados ao norte da capital: Adrianópolis, Almirante Tamandaré, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Cerro Azul, Campo Magro, Colombo, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Pinhais, Piraquara, Rio Branco do Sul, Quatro Barras e Tunas do Paraná.

O objetivo do texto é apresentar dados e reflexões sobre a educação e a produção no rural, buscando relacionar a diversidade social, ambiental e espacial nos territórios vividos. As análises e reflexões, são pautadas em documentos e dados produzidos por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, em Projetos Políticos Pedagógicos. Assim como, trabalho de campo, reuniões de trabalho com 368 professores e 9 dirigentes municipais de educação.

Educação Municipal e Gestão Democrática: Breves Reflexões

As discussões mais incisivas sobre a municipalização da Educação, no Brasil, ocorrem nos anos 80, quando se deu o processo de consolidação democrática no país.

¹ A referida pesquisa, vem sendo desenvolvida em um Programa de Pós-graduação em Educação em uma universidade particular na cidade de Curitiba, é um subprojeto de pesquisa e integra projeto maior, voltado a Educação do Campo na Região Metropolitana de Curitiba e envolve vários pesquisadores do programa, na linha de Práticas Pedagógicas e Elementos Articuladores, financiado pela CAPES.

² A RMC, é formada por 29 municípios. Os 14 municípios estudados fazem parte do Núcleo Estadual de Educação da área Norte.

Em 1983, a Emenda Constitucional nº 24/83, estabelece a “obrigatoriedade de aplicação anual, pela União, de nunca menos de treze por cento, e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, de, no mínimo, vinte e cinco por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino”. (BRASIL, 1983).

Para Romão, (2015, p.300) “somente em 1986, após sanção da regulamentação da “Emenda Calmon”, em 27 de junho de 1985, é que os percentuais mínimos por ela previstos foram consignados em orçamento. Mas não terminava aí a batalha”.

Foram anos de intensos debates e conflitos, e em 1986 por conta do cenário que se estabelecia, foi criada a UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, que desde sua criação busca maior participação dos Municípios nas questões referente à educação, e discute uma maior descentralização do processo educacional no Brasil. Desde a sua criação a UNDIME, por meio do material, “Orientações ao dirigente municipal de educação: fundamentos, políticas e práticas”(2012), afirma que, vem reforçando seus compromissos éticos, mobilizando ações que propiciam a formação de Dirigentes Municipais de Educação (DME) fortalecendo a autonomia dos municípios na gestão das políticas educacionais, que buscam assegurar o atendimento escolar sob a ótica do direito, e explicita a utilização do termo Dirigente em vez de Secretário Municipal de Educação, e procura demonstrar seu entendimento à importância do cargo.

O responsável pela Educação no município não deve ser apenas um executor das políticas de governo: ele deve também assumir seu papel mobilizador na construção de políticas de Estado no âmbito municipal. (UNDIME, 2012).

Os aspectos destacados pela associação, para gestão da política de Educação nos municípios, são referentes às parcerias com a sociedade civil e com os movimentos sociais, e seus benefícios para uma gestão pública. Assim como, a necessidade de aprofundar conhecimentos sobre Gestão Democrática da Educação, um dos maiores desafios dos educadores e dos Dirigentes Municipais de Educação (DME). Segundo a UNIDIME, (2012), a Gestão Democrática se baseia em princípios;

Falar em gestão democrática nos remete aos quatro princípios constitutivos dessa prática: autonomia, participação, transparência e pluralidade. A gestão democrática das redes ou dos sistemas de ensino e das escolas públicas se coloca hoje como um dos fundamentos da qualidade da Educação – e como exercício efetivo da cidadania, que, assim como a democracia, se fundamenta na autonomia. E uma Educação emancipadora é condição essencial para a gestão democrática, que, na Educação Pública, passa pela sala de aula, pelo Projeto Político-Pedagógico (PPP) e pela autonomia da escola. (UNDIME, 2012, p.65).

Assim, compete aos prefeitos organizar sua gestão, entendendo o importante papel dos Dirigentes Municipais de Educação. A UNDIME, (2012), no material já mencionado, traz alguns questionamentos para reflexões: Como oportunizar a participação da comunidade educativa a partir da diversidade dos diferentes atores sociais? Qual a relação entre democratização da escola e qualidade de ensino? O que se entende por gestão democrática na Educação?

Essas são algumas das preocupações. Entretanto, há muitas outras, uma vez que atuar na gestão municipal, significa fazer escolhas, o que nem sempre é tarefa fácil. Muitas vezes estas decisões não são técnicas, e sim políticas partidárias, e após vencer os pleitos eleitorais, é necessário “pagar as contas” e “entregar” alguns cargos. Diante dessa questão, como fica a importância da gestão democrática, da educação emancipadora, da construção autônoma nas escolas de seus Projetos Políticos Pedagógicos?

Como cumprir todos os objetivos do cargo, sem que tenha conhecimentos profundos sobre o assunto do qual será dirigente?

As atribuições do DME e sua equipe, são inúmeras e relevantes, e não podem ficar na impessoalidade, é necessário conhecer as políticas e diretrizes educacionais, para assegurar o acesso à Educação pública com qualidade social. Direito respaldado na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assim como em outros documentos, inclusive internacionais, dos quais o Brasil é signatário. A responsabilidade de ser DME, no período de 2013 a 2016, em especial na atual conjuntura política que o país enfrenta, é redobrada.

Existem vários desafios a serem vencidos, como: ampliar o acesso das crianças menores de 3 anos e garantir a matrícula de todas as crianças de 4 a 5 anos na Educação Infantil; alfabetizar na idade certa, melhorar gradativamente o IDEB, conforme parâmetros nacionais; realizar as conferências municipais de Educação; construir seus conselhos municipais de educação, transporte escolar, planos municipais de alimentação escolar, saúde na escola. Assim como, colocar em prática o Plano Municipal de Educação; com metas a serem cumpridas e adequar o município para o atendimento das várias diretrizes nacionais. Numa gestão que se queira democrática, há também necessidade de discutir coletivamente, e adequar os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas.

Enfim, são muitas e urgentes as necessidades, que farão toda diferença especialmente, para todos aqueles que foram historicamente excluídos e até hoje vivem

invisibilizados nos territórios municipais e de modo geral, não são considerados quando se planeja educação municipal, como; os povos camponeses, faxinalenses, povos de cultura cigana, quilombolas, indígenas, entre outros. Mesmo já existindo políticas e diretrizes educacionais que os ampare, como por exemplo: o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. A referida política em seu artigo 1º aponta que:

A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.

Para os efeitos deste Decreto, entende-se por:

I - populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural;

II - escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo. (BRASIL, 2010).

Ao compreendermos questões da Educação do Campo, decifraremos melhor os territórios e as paisagens que nos cercam, será possível perceber então, por exemplo, que as plantações de Pinus que inundam os municípios da RMC, causam mais e mais estagnação econômica, pois contribuem para a ampliação do desemprego no campo. Para Souza et al, (2011, p. 192), “Trata-se da ideologia da educação rural, cuja identidade vincula-se à política de valorização do agronegócio”. De modo geral, os professores não conseguem contextualizar as diversas realidades espaciais, sociais e ambientais com as quais convivem cotidianamente. O que impede muitas vezes, que possam ajudar seus alunos a desvendarem o real. O que pode ser ainda pior, se os professores, não residem nos municípios ou localidades que atuam. Infelizmente, para as áreas rurais é muito comum.

Os DME, deveriam orientar todo corpo docente e funcionários das escolas rurais, a buscarem os princípios que emanam da Educação do Campo, como afirma Souza et al, (2011, p.193) “[...]a ideologia da educação do campo, cuja identidade está na prática coletiva de construção de conhecimentos emancipatórios e no cenário de um projeto nacional transformador das relações de exclusão, exploração e de desigualdades”.

Além da Educação do Campo, podemos mencionar outras Políticas e Diretrizes como; a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, de 2006 e 2010, a Lei nº 11.947 que trata da Educação Alimentar e Nutricional de 2009, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais de 2007, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental de 2012, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos de 2012, são alguns exemplos, para construirmos uma Educação Socioespacial, que reconheça as potencialidades, as possibilidades e a diversidade, cultural, social, ambiental e espacial de seus territórios, por meio de uma educação democrática e emancipatória. Porém, é necessário questionar, como estas questões vem sendo construídas nos municípios?

A Educação Municipal na Região Metropolitana Norte de Curitiba

No intuito de responder esta questão, estamos analisando os Planos Municipais de Educação, os relatórios produzidos pela Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional – SUPLAN³ do Ministério Público do Paraná, os Planos Diretores Municipais, Planos Municipais de Educação, os *sites* municipais e acompanhando alguns acontecimentos, escolas e professores. O que temos verificado por meio destes documentos e vivenciado no contato direto com professores e funcionários dos municípios e das escolas, é que pouco se conhece da realidade espacial, dos documentos e diretrizes que norteiam a educação, assim como sua aplicação.

Nos municípios estudados neste período, houve várias trocas de dirigentes municipais da educação. O que vem provocando descontinuidade nos diálogos e propostas de formação e atualização continuada dos professores e funcionários das escolas. De modo geral, os municípios oferecem capacitações seletivas, que atendem parcialmente os professores da rede municipal, a partir de programas federais, como é o caso do PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa. Ou ainda, formações ofertadas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, entre outros. O sistema S, recebe inúmeras críticas, sobre sua atuação. Principalmente, quando se considera a Educação do Campo, que tem como premissa o coletivo. Para Souza et al, (2011, p.192), as frentes de trabalho educacionais “direcionadas” aos

³ Disponíveis em: <http://www.planejamento.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2484>

trabalhadores do campo, necessitam da “valorização da cultura e do reconhecimento da sua capacidade de organização política”. O SENAR, criado pela Lei nº 8.315/ 91, para a referida autora, embora considere a cidadania em todas as ações e projetos, “tem uma atuação voltada para os trabalhadores e não uma ação oriunda da prática e necessidade sociopolítica deles”. (SOUZA,2011). O SENAR, por meio do Programa Agrinho, produz e distribui o material “didático”, e em seu *site*⁴, divulgou em 2013, que “O Senar Paraná comemora a 18ª edição do Programa Agrinho. O Programa Agrinho nasceu no Paraná e se espalhou pelo Brasil, levando cidadania às pessoas em nove estados. (SENAR, 2013).

Porém, a Articulação Paranaense de Educação do Campo, o Ministério Público do Paraná e inúmeros pesquisadores, são contrários ao Programa Agrinho, pois ensina as crianças em escolas como usar pesticidas no campo, a fazerem a tríplice lavagem de embalagens de agrotóxicos. No *site* da Jornada de Agroecologia⁵, (2015), é publicado que o Ministério Público do Paraná é contrário ao programa Agrinho nas escolas públicas do Paraná; com a seguinte nota:

O Ministério Público do Paraná, em abril de 2014, notificou o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, com um parecer contrário à realização desse programa nas escolas públicas do Paraná e fez uma recomendação ao Conselho Estadual de Educação do Paraná para que deliberem medidas imediatas (como aprovação de Resoluções) que impeçam a participação das escolas, professores e alunos das redes públicas ou privadas de ensino, municipais e estaduais, no Programa Agrinho [...]. (JORNADA DE AGROECOLOGIA, 2015).

Os dirigentes municipais, muitas vezes não compreendem e muitas vezes, resistem aos projetos propostos aos municípios por universidades. Essa resistência piora muito, com as trocas dos DME. Sendo assim, os pesquisadores precisam sempre estar preparados para um recomeçar das negociações, nas Secretárias Municipais de Educação.

De modo geral, quando o DME é substituído, toda a equipe das secretarias de educação também são. Nem sempre, o novo dirigente e sua equipe, tem a mesma disposição e interesse em receber pesquisadores, pois pode colocar a mostra, a falta de conhecimentos que o cargo exige e conseqüentemente a fragilidade da gestão da educação municipal.

⁴ Dados disponível em: <http://www.paginarural.com.br/noticia/196521/senar-parana-comemora-18ordf-edicao-do-programa-agrinho>. Acesso em 10/02/2016.

⁵ <http://www.jornadaagroecologia.com.br/?p=1590>

Alguns resultados e análises da Educação Municipal na Região Metropolitana Norte de Curitiba

A situação descrita acima, não ocorre de forma isolada. Por exemplo, dos catorze municípios estudados, sete trocaram o DME. Em alguns municípios, como é caso de Bocaiuva do Sul, Almirante Tamandaré e Cerro Azul, nos últimos três anos, houve troca de DME por três vezes. Em Rio Branco do Sul e em Dr. Ulisses, também ocorreu uma substituição. E como 2016 é ano de eleições municipais, é provável que ocorram trocas, pois muitos se afastam para concorrer às eleições municipais. Estes fatos mencionados, são de suma importância e tem inviabilizado, articulações para ações, desmotivação e descrença dos professores e funcionários da Educação Municipal, especialmente nas áreas rurais, que não acreditam que a curto prazo, podem ocorrer mudanças significativas na gestão municipal da Educação.

Em abril de 2013, iniciamos os contatos com as Secretarias Municipais de Educação dos Municípios envolvidos na pesquisa. Então, iniciamos atividades e ações de formação continuada nos municípios. No entanto, temos tido inúmeras dificuldades de conseguirmos dar continuidade, as ações programadas a partir dos primeiros encontros com professores. De modo geral, os dirigentes não preveem nossa participação em alguns dias das semanas pedagógicas, para darmos prosseguimento à formação continuada de professores, especialmente quando se trata de atividades mais complexas, como por exemplo: discussão sobre a realidade municipal, necessidade de reestruturação dos Projetos Políticos Pedagógicos - PPP das escolas rurais, voltados para a compreensão da educação do campo, que devem envolver um coletivo municipal, e é um processo reflexivo, que necessita de debates exaustivos, com a comunidade escolar. Isso fica ainda mais difícil, quando verificamos, que as escolas não possuem PPP individuais. De modo geral, os municípios possuem um só PPP, para todas as escolas do município, em que se modifica apenas o nome, localização e características das escolas, independente, de serem rurais ou urbanas, de possuírem inúmeras especificidades, relacionadas à aspectos da diversidade, cultural, social, ambiental e espacial, que envolvem a escola.

Organizamos alguns dados referentes a população, percentuais de urbanização e ruralidade, total de escolas Estaduais e Municipais, Escolas Rurais fechadas e o IDEB municipal. Ao observarmos as tabelas e analisarmos os dados municipais, percebemos, que o percentual de áreas rurais e o número de pessoas envolvidas em atividades

agrícolas, pecuária e produção florestal, são significativos, cerca de 17.472 pessoas, em 562,31% das áreas rurais dos municípios. (IPARDES, 2016).

Em relação ao IDEB, o mais baixo em 2013, é o de Tunas do Paraná, com 4,0. Enquanto que o maior é do município de Quatro Barras, 5,9. Nenhum dos municípios analisados chega a 6,0. Nem mesmo Pinhais, que obteve 5,8 e cuja meta projetada era 6,0. No entanto, vários municípios ultrapassam a meta projetada, para o período analisado, e em relação ano de 2011. Como é o caso dos municípios de: Bocaiuva do Sul, Campo Magro, Colombo, Dr. Ulisses, Itaperuçu, Quatro Barras e Tunas do Paraná. (INEP,2014). É interessante observar, que onde as 80 escolas foram fechadas, são justamente nos municípios em que as áreas, e as populações e produções rurais são expressivas. Vide tabela 1 e 2, com dados resumidos área de estudo.

TABELA 1 - POPULAÇÃO, URBANIZAÇÃO, RURALIDADE, TOTAL DE ESCOLAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS, ESCOLAS RURAIS FECHADAS E IDEB MUNICIPAL 2013.

MUNICÍPIOS	POP. IBGE	POP. URBANA IBGE	POP. RURAL IBGE	ÁREA TOTAL	DEN. DEMOG. IBGE	% URBANO IBGE	% RURAL IBGE	ESCOLAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS INEP	ESC. RURAIS FECHADAS INEP	IDEB MUN. 2013 INEP
ADRIANÓPOLIS	6.376	2.060	4.316	1.333,00	4,73	32%	68%	28	18	5,0
ALMIRANTE TAMANDARÉ	103.204	98.892	4.312	194,744	529,95	44,63%	55,37%	83	13	4,9
BOCAÍUVA DO SUL	10.987	5.128	5.859	825,757	13,3	46%	54%	22	6	5,2
CAMPINA GRANDE DO SUL	38.769	31.961	6.808	539,245	71,90	82,44	17,56%	36	3	5,7
CAMPO MAGRO	24.843	19.547	5.296	275,352	90,22	78,68	16,56%	19	0	5,3
CERRO AZUL	16.938	4.808	12.130	1344,49	12,63	28,39%	71,61%	44	5	4,7
COLOMBO	212.967	203.203	9.764	197,793	1.076,72	95,42%	4,58%	119	6	5,7
DR. ULISSES	5.727	929	4.798	782,91	7,33	16,22%	83,78%	27	8	4,8
ITAPERUÇU	23.887	19.956	3.931	320,578	75,96	83,54%	16,55%	16	0	4,7
PINHAIS	117.008	117.008	0	60,869	1.922,42	100%	0	58	0	4,7

PIRAQUARA	93.207	45.738	47.469	227,042	410,52	28,39%	81,23%	50	1	4,8
QUATRO BARRAS	19.851	17.941	1.910	180,471	110.00	90,38%	9,62%	17	0	5,9
RIO BRANCO DO SUL	30.650	22.045	8.605	812,288	37,73	71,92%	28,08%	47	8	4,7
TUNAS DO PARNÁ	6.256	2.792	3.464	671,71	9,36	44,63%	55,37%	18	12	4,0
Total	710.670	592.008	118.662			842,64%	562,31%	584	80	

FONTE: INEP, 2015, IBGE, 2015, MP-PR, 2016, adaptado pela autora⁶.

Em alguns municípios como; Adrianópolis, com 68% de área rural, são 1.144 pessoas envolvidas em diferentes tipos de produções, 18 escolas foram fechadas. Em Bocaiúva do Sul com rural de 54% e 1776 pessoas envolvidas em atividades agrícolas, pecuária e produção florestal, e com produção de hortícolas de 2.437,66 toneladas, 6 escolas foram fechadas, em Almirante Tamandaré com 55% de área rural, 288 pessoas produzem 3.776,31 toneladas de hortícolas, 13 escolas fechadas. Em Cerro Azul, com 71% de área rural, e envolvendo 4.479 em atividades agrícolas, foram produzidas e comercializadas no CEASA/PR, 19.402,94 toneladas de hortícolas e 5 escolas fechadas, em Dr. Ulisses, com rural de 81% e 1.599 pessoas produzem cerca de 4.512,98 toneladas de hortícolas 8 escolas rurais foram fechadas, em Tunas do Paraná a área rural é de 55%, e 601 estão envolvidas na produção florestal em especial o pinus, são 12 escolas fechadas, hoje existe só uma escola rural no município. Em Piraquara com área rural de 81%, possui 1.034 pessoas envolvidas com produção agrícola. Em Colombo, com área rural de 4,58%, 493 produtores, são responsáveis pela maior produção de hortícolas da região, com 23.460,55 toneladas. Vide tabela 2

⁶ Os municípios que estão em tons de cinza, nas tabelas apresentadas no artigo, se referem aos municípios que fazem parte do Vale da Ribeira.

Tabela 2 – NÚMERO DE PESSOAS NA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PRODUÇÃO FLORESTAL, INDÚSTRIAS EXTRATIVISTAS, VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, PRODUÇÃO DE HORTÍCOLAS.

MUNICÍPIOS	Nº PESSOAS AGRICULTURA PECUÁRIA FLORESTAL (IPARDES, 2016)	INDÚSTRIAS EXTRATIVISTAS (IPARDES, 2016)	HORTÍCOLAS (CEASA, 2013)	VALOR B. N. BRUTO PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (IPARDES, 2016)
ADRIANÓPOLIS	1.144	29	64,04	104.998.941,58
BOCAIÚVA DO SUL	1.776	37	2.437,66	89.739.472,56
CAMPINA GRANDE DO SUL	1.094	89	586,66	21.917.261,97
CERRO AZUL	4.479	40	19.402,94	309.094.780,73
DR. ULISSES	1.599	3	4.312,98	103.533.152,52
ITAPERUÇU	1.585	90	30,96	37.267.643,44
RIO BRANCO DO SUL	2.232	159	1.832,03	91.954.975,01
TUNAS DO PARANÁ	601	19	0,00	80.228.363,63
CAMPOMAGRO	1.339	49	11.09,64	50.734.482,02
ALMIRANTE TAMANDARÉ	288	1.784	3.776,31	50.584.591,99
COLOMBO	493	2.785	23.460,55	242.733.813,00
QUATRO BARRAS	438	162	78,72	9.943.113,88
PINHAI	323	126	6.181	1.898.189,70
PIRAQUARA	81	1034	0,37	13.875.138,70
TOTAL	17.472		62164,22	1.208.503.920,73

Fonte: IPARDES (2016), CEASA, (2013). Organizados pela autora.

Excetuando Pinhais, onde não há oficialmente áreas nem escolas rurais, possui também 323 pessoas envolvidas com produtores da agricultura familiar, e segundo dados do CEASA/PR o município contribuiu com uma produção de 9,77 em 2012 e 6,18 toneladas de (hortaliças e frutas) em 2013. (CEASA/PR⁷, 2013, p. 24). Os valores brutos da produção agrícola, pecuária e produção florestal, segundo o IPARDES, (2016), são expressivos cerca de 1.208.503.920,73, e contribuem significativamente com frutas, hortaliças, flores e plantas ornamentais comercializados e consumidos em Curitiba.

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, publicou estudo sobre índice da Eficácia da Educação municipal, de 388 municípios do Paraná. Os itens avaliados foram: educação infantil (percentual de crianças com até 5 anos matriculados na escola); adequação idade-série (percentual de alunos das séries iniciais do ensino fundamental com idade adequada àquelas séries); ensino integral (percentual de alunos que estudam em tempo integral); qualidade do ensino (nota das séries iniciais do ensino fundamental

⁷Boletim Técnico CEASA, (2013). Segundo o Relatório do CEASA (2013), hortícolas são entendidas como hortaliças, frutas, flores e plantas ornamentais. Dados disponíveis em: http://www.ceasa.pr.gov.br/arquivos/File/DITEC/BOLETIM_TECNICO/BOLETIMTECNICO2013.pdf

no IDEB); estrutura das escolas (percentual de estabelecimentos com estrutura física adequada) e formação de professores (percentual de docentes com nível superior). A conclusão do estudo é de que a aplicação de um grande volume de recursos em educação não impacta, necessariamente, na obtenção das metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei Federal nº 13.005/14) e no Plano Estadual de Educação 2015-2025 (Lei Estadual 18.492/15), (TCE, 2016). De modo geral, a sociedade acredita que a melhoria da qualidade de educação, é proporcional aos valores financeiros investidos, porém, na prática nem sempre é assim. Os municípios receberam notas entre 0 e 1, de acordo com o grau de cumprimento das metas dos dois planos de educação.

Ao analisarmos os dados expostos na tabela 3, podemos verificar que Adrianópolis é o município que apresentou a **maior despesa** por aluno. Porém, também é o que tem a **menor** eficácia nas despesas 0,364, e atingiu apenas 36% das metas, com maior número de escolas extintas/paralisadas 18 e um déficit de 88,6 % em creches e 61% em pré-escolas. Possui um alto percentual 16,82% de analfabetos maiores de 15 anos, ficando atrás apenas dos municípios de Tunas do Paraná, com 18, 25%, Cerro Azul e Dr. Ulisses, que possuem taxas de analfabetismo maiores com 17,73% e 17,34% respectivamente. Os baixos níveis de instrução municipal, também chamam atenção, uma vez que a Comissão Econômica para América Latina –CEPAL, tem afirmado que são necessários no mínimo, 11 a 12 anos de escolaridade para ter condições mínimas com vistas a obter um trabalho que esteja acima da linha da pobreza. (CEPAL, 2008). Porém, os dados municipais, para o ensino fundamental incompleto são de: 79,77% em Cerro Azul, 77,97% em Dr. Ulisses, 75,18%, em Tunas do Paraná, 69,91% em Bocaiuva do Sul e 67,22% em Itaperuçu. Os municípios, que apresentam percentuais menores de 50%, são apenas os municípios de Pinhais e Quatro Barras com 45,23% e 45,96% respectivamente. Em relação ao nível superior completo nos municípios os percentuais são baixos.

Tabela 3 – Municípios da área de estudo Eficácia na Educação- Despesas Nível de Instrução e Déficit na Educação Infantil.

MUNICÍPIOS	Despesas por Aluno em R\$	Eficácia Educação TCE-PR (2016)	Eficiência Despesas TCE-PR (2016)	Metas Atingidas – TCE-PR (2016)	Analfabetos% >15 anos- (2014)	Nível de instrução – 2014 - SUPLAN – MP/PR (2016)	Déficit em Creches 2014	Déficit creche e Pré-escolas
ADRIANÓPOLIS	R\$7.350	0,548	0,364	36%	16,82%	64,46% - Fund.Incompleto 15,46% - Méd. Incompleto 15,44% - Superior Incompleto 2,48% - Superior Completo 2,16% - Indeterminado	88,6%	61,7%
					45,3% Analfabetos Funcionais			
ALMIRANTE TAMANDARÉ	R\$4.222	0,583	0,673	67%	6,09%	55,65% - Fund.Incompleto 19,89% -- Méd. Incompleto 19,62% - Superior Incompleto 4,04% - Superior Completo 0,80% - Indeterminado	90,8%	67,9%
BOCAÍUA DO SUL	R\$4.625	0,486	0,518	51%	9,05%	69,91% - Fund.Incompleto 13,54% - Méd. Incompleto 13,14% - Superior Incompleto 3,10% - Superior Completo 0,31% - Indeterminado	76,41%	29,78%
CAMPINA GRANDE DO SUL	R\$5.096	0,719	0,688	69%	6,28	53,33% - Fund.Incompleto 22,48% - Méd. Incompleto 20,10% - Superior Incompleto 3,74% - Superior Completo 0,36% - Indeterminado	82,09%	11,09%
CAMPO MAGRO	R\$4.668	0,655	0,684	68%	6,17%	56,50% - Fund.Incompleto 20,49% - Méd. Incompleto 18,85% - Superior Incompleto 3,17% - Superior Incompleto 0,99% - Indeterminado	83,29%	7,38%
CERRO AZUL	Não informou o investimento	0,540	Sem dados	Sem dados	17,73%	79,77% - Fund.Incompleto 10,82% - Méd. Incompleto 7,17% - Superior Incompleto 1,71% - Superior Completo 0,54% - Indeterminado	92,47%	71,18%
					47,8% Analfabetos Funcionais			
COLOMBO	Não informou o investimento	0,672	Sem dados	Sem dados	4,65%	52,05% - Fund.Incompleto 22,46% - Méd. Incompleto 20,57% - Superior Incompleto 4,31% - Superior Completo 0,61% - Indeterminado	71,12%	19,63%
DR. ULISSES	R\$ 5.495	0,480	0,426	42%	17,34%	77,97% - Fund.Incompleto 15,78% - Méd. Incompleto 3,34% - Superior Incompleto 1,67% - Superior Completo 1,24% - Indeterminado	97,04%	75,83%
					53,1% Analfabetos Funcionais			
ITAPERUÇU	R\$ 3.572	0,533	0,728	72%	10,79%	67,22% - Fund.Incompleto 16,84% - Méd. Incompleto 13,59% - Superior Incompleto 1,54% - Superior Completo 0,80% - Indeterminado	90,30%	39,52%
PINHAIS	R\$ 5.127	0,771	0,733	73%	3,35%	45,23% - Fund.Incompleto 25,49% - Méd. Incompleto 21,25% - Superior Incompleto 7,27% - Superior Completo 0,77% - Indeterminado	61,79%	8,10%

PIRAQUARA	R\$ 4.811	0,595	0,603	60%	5,03%	55,44% - Fund.Incompleto 20,64% - Méd. Incompleto 19,48% - Superior Incompleto 3,50% - Superior Completo 0,93% - Indeterminado	84,11%	48,39%
QUATRO BARRAS	R\$5.864	0,794	0,660	66%	4,73%	45,96% - Fund.Incompleto 28,58% - Méd. Incompleto 17,71% - Superior Incompleto 6,75% - Superior Completo 1,00% - Indeterminado	68,97%	13,68%
RIO BRANCO DO SUL	R\$4.625	0,580	0,612	61%	10,47%	60,86% - Fund.Incompleto 18,91% - Méd. Incompleto 15,96% - Superior Incompleto 3,52% - Superior Completo 0,76% - Indeterminado	88,40%	38,27%
TUNAS DO PARNÁ	R\$ 4.177	0,520	0,607	60%	18,25%	75,18% - Fund.Incompleto 12,84% - Méd. Incompleto 9,11% - Superior Incompleto 2,32% - Superior Completo 0,55% - Indeterminado	85,23%	44,91%
					56,5% Analfabetos Funcionais			

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE⁸, (2016). SUPLAN-MP/PR, (2016). (Dados organizados pela autora).

Os melhores percentuais ficam nos municípios de maior proximidade com Curitiba, e ou que já ofertam ensino superior em seus territórios, como é o caso de Pinhais, 7,27%, Quatro Barras, 6,75, Colombo, 4,31, Rio Branco do Sul, 3,52 e Campo Magro, 3,17%. Os demais não chegam a 3%, e se localizam distantes da capital, não possuem IES em seus territórios, nem transporte público integrado com Curitiba. O que causa, isolamento significativo nestes municípios. Nos municípios analisados destacamos Itaperuçu, onde a despesa por alunos é a menor de todos os municípios analisados, apenas R\$ 3.572. No entanto, com quase metade da despesa por aluno de Adrianópolis, consegue 0,53 de Eficácia na Educação e 0,728 de eficácia na despesa, o que significa, que conseguiu atingir quase 73% das metas. Nenhum dos municípios analisados conseguiu percentuais maiores, com o mesmo valor investido. O município que conseguiu valores iguais na eficácia da despesa foi Pinhais, com 0,73, porém com despesa por aluno de R\$ 5.127, o que corresponde a 61% a mais de despesa por aluno. Já Dr. Ulisses com despesas por aluno de 5.495, tem eficiência na despesa de 0,426 e eficácia na educação de 0,480, com alto déficit em creche e em pré-escolas de 97,04% e 73,83% respectivamente.

A partir dos dados apresentados se observa que não são necessariamente as despesas por alunos, que faz com que aumente a qualidade na educação. Pois quando observamos outros municípios estudados, se verifica que não há para despesas maiores, resultados

⁸ Dados disponíveis em: <http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/pequenas-cidades-do-parana-superam-metropoles-em-indicadores-de-educacao/3967/N>

muito melhores. O que corrobora para entendermos, que além de recursos financeiros é necessária uma equipe comprometida, que pense a educação municipal de forma democrática, participativa e planejada coletivamente, a partir dos interesses e necessidades e diversidades dos povos do campo.

Em Adrianópolis existem várias comunidades tradicionais, como: Remanescente Quilombola Praia do Peixe, Porto Velho, Sete Barras, Córrego das Moças, São João, Córrego do Franco, Estreitinho, Três Canais, Bairro dos Roque, Comunidade Negra Tradicional de Tatupeva. Em Dr. Ulisses temos duas comunidades Quilombolas, a do Varzeão e a dos Queimadinhos. No município de Bocaiúva do Sul, a Comunidade Quilombola Areia Branca. (GRUPO CLÓVIS MOURA, 2010). No Município de Piraquara os índios Guaranis na Aldeia Araça-i.

Enfim, as sociobiodiversidades deveriam ser consideradas na educação, para oportunizar e potencializar as relações de aprendizados e contribuir verdadeiramente com projetos educativos transformadores. Para tanto é absolutamente necessário que os professores compreendam as relações das diversidades, espaciais, ambientais, culturais, econômicas e políticas, existentes na região, no território, nas paisagens do lugar vivido, e os DME, devem ser mediadores políticos e sociais de modo a protagonizar as profundas mudanças tão desejadas, e garantir os Direitos Humanos fundamentais.

Considerações

Se entendemos o nosso entorno, como ponto de partida e parte da vida que nos põe em movimento, somos levados a refletir sobre o lugar vivido, buscando respostas e explicação, que muitas vezes, não estão no lugar, e sim no mundo, dos interesses econômicos e políticos que engendram condições favoráveis de desenvolvimento para alguns lugares em detrimento de outros, tirando, possibilidades e potencialidades da ampliação de oportunidade. Então, quanto antes tivermos uma educação de qualidade, antes conquistaremos as oportunidades almejadas na vida.

Referências

BRASIL. Emenda Constitucional N° 24, de 1° de dezembro de 1983. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc24-83.htm Acesso em 20/03/2015.

BRASIL. Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, nos termos do artigo 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Poder Legislativo, Brasília, DF, 24 dez. 1991. Disponível em: http://www.senarpr.org.br/arrecadacao/lei_8315_1991.pdf. Acesso em: 26/02/ 2015.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 nov. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/Decreto/D7352.htm. Acesso em: 23/02/2015.

CEASA – Centrais de Abastecimento do Paraná. Boletim Técnico, 2013, Curitiba-PR. Disponível em: http://www.ceasa.pr.gov.br/arquivos/File/DITEC/BOLETIM_TECNICO/BOLETIMTECNICO2013.pdf. Acesso em 22/03/2016.

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina. Juventude e coesão social na Ibero-América: Um modelo a ser construído. Nações Unidas, 2009. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/3713/S2008132_pt.pdf;jsessionid=307D4458A993BC33E4AC7D3AFAC0D2FD?sequence=1

MOREIRA, Ildeo de Castro. A inclusão social e a popularização da ciência e tecnologia no Brasil. Revista Inclusão Social. Brasília: IBICT, v. 1, n. 2, 2006. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1512/1707>

MOURA, Clóvis. Grupo de Trabalho Clóvis Moura. Relatório do Grupo de Trabalho Clóvis Moura: 2005-2010. – Curitiba, PR: GTCM, 2010. 269 p. Disponível em: <http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/arquivos/File/relatoriofinal2005a2010.pdf>. Acesso em 13/02/2015.

JORNADA DE AGROECOLÓGICA. Ministério Público do Paraná é contrário ao Programa que ensina as crianças em escolas como usar pesticidas no campo! Notícia de 08 abr 2015. Disponível em: <http://www.jornadaagroecologia.com.br/?p=1590> Acesso em: 20/01/2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Vários acessos.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Legislação e Documentos. Disponível em: www.inep.gov.br (vários acessos)

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Cadernos Municipais, 2016. Disponíveis em: www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30 . Vários Acessos.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Pequenas cidades do Paraná superam metrópoles em indicadores de educação. Informações disponíveis em: <http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/pequenas-cidades-do-parana-superam-metropoles-em-indicadores-de-educacao/3967/N> Acesso em: 20/04/2016.

PARANÁ. Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional. Ministério Público do Paraná. Disponível em: <http://www.planejamento.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2213> Vários acessos.

ROMÃO, José Eustáquio. Financiamento da Educação e vinculação: realidade, mitos e perspectivas no contexto do PNE (2014-2024) in O Plano Nacional de Educação e o Sistema Nacional de Educação: educar para a equidade / organização Antonio Carlos Caruso Ronca, Luiz Roberto Alves. –São Paulo: Fundação Santillana, 2015. Disponível: <http://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A808A8350F23B280150F2D6C2D837CB> Acesso:25/03/2015.

SOUZA, Maria Antônia. MARCOCCIA, Patrícia Correia de Paula. Revista da FAEEBA. Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 20, n. 36, p. 191-204, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/faceba/article/view/310>. Acesso em: 15/05/2015.

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação Orientações ao dirigente municipal de educação: fundamentos, políticas e práticas. – São Paulo: Fundação Santillana, 2012. Disponível em: https://undime.org.br/uploads/documentos/phpXS7pwS_5703f651a3666.pdf Acesso em 15/03/2015.